

## Apresentação do Programa

O CENTRO 2020, o Programa Operacional (PO) Regional do Centro para aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, no período 2014 a 2020, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2014 e está integrado no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020.

### Objetivos

Com a aplicação dos fundos europeus inscritos no CENTRO 2020, a região ambiciona tornar-se Innovation Follower, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

### Eixos prioritários

O CENTRO 2020 encontra-se estruturado em torno de 9 eixos prioritários.

#### Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 1 tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, através do investimento prioritário no fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), na promoção de centros de competência, na promoção do investimento das empresas em I&I e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.

#### Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 2 tem como objetivos o reforço da competitividade das PME, através do investimento prioritário na promoção do espírito empresarial, no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para Pequenas e Médias Empresas (PME), no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para processos de crescimento e inovação.

#### Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3 tem como objetivos investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

#### Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4 pretende promover o emprego (incluindo a colocação de recursos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

#### Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

O eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, procurando fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar

estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

#### Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

O eixo 6 tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos, dando prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

#### Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural; os sítios protegidos e o vasto património arquitetónico, nomeadamente o reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

#### Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo está no reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

#### Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das prioridades de intervenção que se pretende apoiar neste eixo. Serão também apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

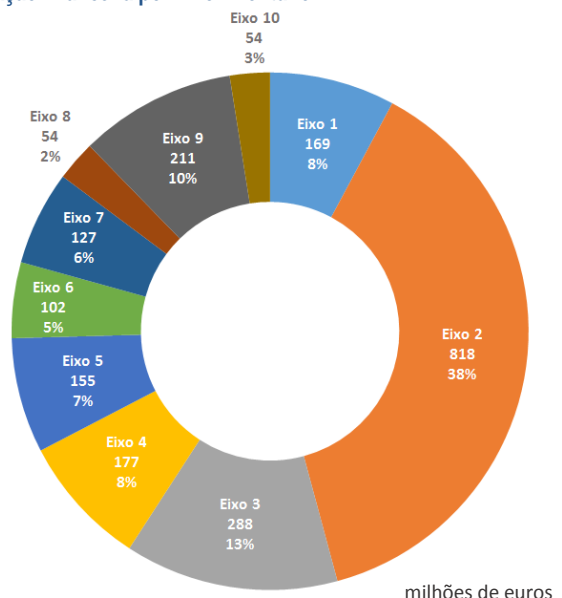
#### Eixo 10: Assistência Técnica

Este eixo destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do PO e atividades de reforço da capacidade administrativa das entidades relevantes para a boa execução dos fundos.

### Dotação financeira

O CENTRO 2020 tem uma dotação de 2,155 mil milhões de euros, dos quais 1,751 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE).

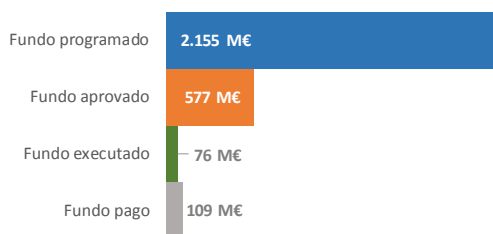
### Dotação financeira por Eixo Prioritário



## Síntese da execução global e por eixo prioritário

O ano de 2016 foi um ano de grande impulso para o PO no que respeita à abertura de períodos de candidatura, sendo de destacar para além da continuidade de abertura de avisos no domínio temático da Competitividade e Internacionalização, e em particular os apoios às empresas por via dos Sistemas de Incentivos, a abertura dos avisos relacionados com PEDU - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana (eixos 7 e 9), com o investimento no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida (eixo 3), património natural e cultural (eixo 7), eficiência energética (eixo 6), TIC na administração pública (eixo 8), investimentos na saúde e inclusão ativa (eixo 5).

Até ao final do ano 2016 foram abertos 157 avisos de concurso/períodos de candidatura, com um total de 1.124,8 M€ de fundo a concurso, dos quais 88 avisos de concurso/períodos de candidatura foram lançados em 2016 envolvendo 842,1 M€ de fundo.



No final de 2016 encontravam-se aprovadas 2.469 operações nos dez eixos prioritários do Programa, que totalizam 937,6 M€ de custo elegível e 577 M€ de fundo comunitário (541 M€ de FEDER e 36 M€ de FSE, 41% e 10% da dotação total coberta com as operações aprovadas, respetivamente). Em termos globais os montantes aprovados pelo PO representam um compromisso de 26,8% (fundo comunitário). Daqueles montantes, 757,7 M€ de custo elegível e 442,1 M€ de fundo comunitário correspondem a 2.219 operações aprovadas pela Autoridade de Gestão nos Sistemas de Incentivos.

No que respeita à execução, as operações aprovadas permitiram ao Programa atingir cerca de 76 M€ de fundo comunitário ao qual correspondem 107,8 M€ de custo elegível (4% da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários), que representa 3,5% da dotação fundo.

O Eixo prioritário 2 é aquele que mais contribui para os valores aprovados e executados pelo PO com 73% e 83,9% respetivamente.

Eixo	Fundo	Programado (apoio da união) (1)	N.º operações aprovadas	Fundo aprovado (2)	Fundo executado (3)	Fundo pago	Taxa de compromisso (4) = (2)/(1)	Taxa de execução (5) = (3)/(1)
1	FEDER	169	186	30	1	3	18%	1%
2	FEDER	818	1.802	422	64	82	52%	8%
3	FEDER	95	33	23	2	2	24%	2%
	FSE	193	11	5	0	0	3%	0%
4	FEDER	59	1	3	0	0	5%	0%
	FSE	118	307	6	0	0	5%	0%
5	FEDER	87	7	3	0	0	3%	0%
	FSE	68	1	25	4	16	37%	5%
6	FEDER	102	7	1	1	1	1%	1%
7	FEDER	127	56	23	0	1	18%	0%
	FSE	29	6	2	0	0	6%	0%
8	FEDER	29	6	2	0	0	6%	0%
	FSE	25	0	0	0	0	0%	0%
9	FEDER	211	39	26	3	3	12%	1%
10	FEDER	54	13	9	2	2	16%	3%
<b>Total</b>	<b>FEDER</b>	<b>1.752</b>	<b>2.150</b>	<b>541</b>	<b>72</b>	<b>93</b>	<b>30,9%</b>	<b>4,1%</b>
<b>Total</b>	<b>FSE</b>	<b>404</b>	<b>319</b>	<b>36</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>9,0%</b>	<b>0,9%</b>
<b>Total do PO</b>		<b>2.155</b>	<b>2.469</b>	<b>577</b>	<b>76</b>	<b>109</b>	<b>26,8%</b>	<b>3,5%</b>

No **Eixo prioritário 1** foram abertos 37 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 123,8 M€ de dotação. A estes avisos foram submetidas 686 candidaturas, tendo sido aprovadas 186 operações na área da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, que representam um compromisso de 18% da dotação do eixo (30 M€ de FEDER aprovados face aos 168,7 M€ de dotação).

No que respeita à execução, este eixo atingiu 1,5 M€ de FEDER (1,9 M€ de custo elegível), que representam 1,9% do fundo executado pelo PO.

No **Eixo prioritário 2** foram abertos 44 avisos de concurso/períodos de candidatura, nos quais foram submetidas pelos beneficiários 4.490 candidaturas. A AG aprovou 1.802 operações nos Sistemas de Incentivos à Inovação, Qualificação e Internacionalização e Instrumentos Financeiros (IF), que permitiram comprometer 52% da dotação do eixo (422 M€ de FEDER aprovado relativamente aos 818,2 M€ de dotação) e contribuir com 73,1% para o fundo aprovado no PO.

Quanto à execução, este eixo foi o que mais contribuiu para o fundo executado pelo PO (83,9%), com 63,6 M€ de FEDER.

No **Eixo prioritário 3** foram lançados 11 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 134 M€ de dotação que resultaram na submissão de 108 candidaturas por parte dos beneficiários, tendo sido aprovadas 44 operações nos cursos técnicos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, Bolsas de Mobilidade, Cursos de Especialização Tecnológica e investimentos na educação. Este eixo tem 24% da sua dotação FEDER comprometida (23 M€ aprovados face aos 95 M€ de dotação) e 3% da dotação FSE (5 M€ aprovados face aos 193 M€ de dotação FSE).

Este eixo contribuiu para o fundo executado pelo PO com 1,9 M€ de FEDER (2,5%).

O **Eixo prioritário 4** teve 24 avisos de concurso/períodos de candidatura, envolvendo 35 M€ de dotação, aos quais foram apresentadas 766 candidaturas, tendo a AG aprovado 308 na área FSE dos sistemas de incentivos, recursos humanos altamente qualificados e PROVERE. O eixo tem 5% da sua dotação comprometida (8,7 M€ de incentivo aprovados face aos 177 M€ de dotação).

O eixo 4 tem 196,3 mil euros de execução FSE (0,3% da execução do PO) e não tem execução FEDER pelo facto da única candidatura aprovada ter ocorrido no final de 2016.

No **Eixo prioritário 5** foram lançados 7 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 63,6 M€ de dotação, aos quais foram submetidas 42 candidaturas. A AG aprovou 8 candidaturas na área dos contratos emprego inserção e da saúde, o que permitiu comprometer 3% da dotação do eixo em FEDER (3 M€ aprovados face aos 87 M€ de dotação) e 37% em FSE (25 M€ aprovados face aos 68 M€ de dotação FSE).

Este eixo apresenta 3,6 M€ de FSE executado relativos a Contratos de Emprego Inserção (4,8% da execução do PO). O FEDER não tinha ainda despesa executada no final de 2016, uma vez que só em 2017 se verificou a submissão de despesa por parte dos beneficiários.

No **Eixo prioritário 6** foram publicados 3 avisos de concurso/períodos de candidatura, envolvendo 40,4 M€ de dotação que resultaram na submissão de 12 candidaturas por parte dos beneficiários, das quais foram aprovadas 7 candidaturas relativas a Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. O eixo tem 1% da sua dotação comprometida (623,7 mil € aprovados face aos 102 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 544,6 mil € de fundo, que representam um valor pouco significativo (0,7%) na execução do Programa.

No **Eixo prioritário 7** foram publicados 16 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 123,5 M€ de dotação, que resultaram na submissão de 114 candidaturas, das quais foram aprovadas 56 operações nas áreas do património natural, cultural e turístico e dos

PARU. O eixo tem 18% da sua dotação comprometida (23,2 M€ aprovados face aos 127 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 3,7 mil € de fundo, valor inexpressivo na execução global do Programa. Este valor é justificado pelo facto de as despesas terem sido submetidas pelos beneficiários no decurso do mês de dezembro de 2016 (e em 2017), situação que inviabilizou a sua análise ainda durante o ano 2016.

No **Eixo prioritário 8** foram publicados 8 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 32,4 M€ de dotação, que resultaram na submissão de 16 candidaturas, das quais foram aprovadas 6 referentes a promoção das TIC na administração e serviços públicos e projetos piloto das Lojas do Cidadão, que representam um compromisso de 6% da dotação FEDER do eixo (1,8 M€ aprovados face aos 29 M€ de dotação).

Este eixo atingiu uma execução de 87,8 mil € de fundo, valor pouco significativo face à execução global do Programa.

No **Eixo prioritário 9** foram publicados 5 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 223,9 M€ de dotação, que resultaram na submissão de 59 candidaturas por parte dos beneficiários, das quais foram aprovadas 39 referentes a PEDU, que representam um compromisso de 12% da dotação FEDER do eixo (25,6 M€ aprovados face aos 211 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 2,5 M€ de fundo, valor que representa 3,3% da execução global do PO.

No **Eixo prioritário 10** foram publicados 2 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 9 M€ de dotação. Os beneficiários submeteram 13 candidaturas referentes à assistência técnica e que foram aprovadas. Este eixo tem 16% da sua dotação comprometida (8,7 M€ aprovados face aos 54 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 1,8 M€ (fundo), valor que contribui com 2,4% para a execução do Programa.

## Resultados alcançados

Em termos de indicadores de realização destacamos:

- Apoio a 144 empresas no âmbito do I&DT, correspondendo a um aumento esperado de 549 postos de trabalho (PI 1b);
- Apoio a 238 novas empresas no âmbito do empreendedorismo, correspondendo a aumento esperado de 407 postos de trabalho (PI 3a);
- O apoio a 617 empresas no âmbito Internacionalização PME, correspondendo a aumento de esperado de 648 postos de trabalho (PI 3b);
- O apoio a 741 empresas no âmbito de projetos de qualificação e Inovação das PME, correspondendo a um aumento esperado de 3.300 postos de trabalho;
- Apoio a 27 intervenções em equipamentos do pré-escolar e do ensino básico, com a requalificação de 125 salas de aula e a construção de 105 novas salas de aula (PI 10a);
- Apoio a 5 equipamentos de saúde, centros de saúde e suas extensões e 3 unidades móveis de saúde (PI 9a);
- 368 mil m2 de espaços públicos abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (PI 6e);
- Apoio a 7.915 participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9i);
- Apoio a 19 pessoas altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (PI 8v).

## Síntese dos principais problemas identificados e das medidas adotadas

Entre as principais condicionantes no arranque efetivo do Programa em 2015 e 2016 podemos referir o seguinte:

- A aprovação tardia do PO (dezembro de 2014);
- A entrada em funcionamento do sistema de informação com um único ponto de entrada para os beneficiários, o que implicou um esforço significativo de desenvolvimento na conectividade e interoperabilidade entre os vários sistemas de informação, que ainda não se encontra a funcionar em pleno;
- A centralização acentuada na definição/formatação de documentação, em questões colocadas pelos promotores, na formatação dos avisos de concurso, etc.;
- O processo de designação da AG, com a inerente construção da descrição do sistema de gestão e controlo revelou-se muito complexo dado o elevado número de entidades envolvidas;
- O cumprimento da condicionante relativa aos exercícios de mapeamento é um processo moroso e de elevada complexidade, dado o elevado número de parceiros envolvidos.
- Dificuldade na definição de um quadro regulatório no domínio da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos, em particular no que se refere aos apoios a conceder no âmbito da eficiência energética;
- Processo longo e complexo de implementação dos instrumentos financeiros, em particular no que concerne à avaliação ex ante, definição da estratégia, definição dos produtos e constituição do fundo de fundos;
- Dificuldade dos beneficiários em apreender as novas regras, com a diminuição da qualidade na apresentação de candidaturas, o que origina pedidos de esclarecimentos extensos e sucessivos, levando a solicitações, por parte dos promotores, de prorrogação(ções) de prazo(s) de resposta aos esclarecimentos solicitados;
- O atraso significativo no desenvolvimento do sistema de informação para as candidaturas do FSE;
- A implementação de uma metodologia baseada na aprovação de planos estratégicos, que exigiu longos períodos de negociação, nomeadamente no âmbito da Política de Cidades e Pactos. Assim, apenas foi possível abrir avisos de concurso para as candidaturas de projetos contemplados nas estratégias após a aprovação dos mesmos. Isto implicou significativos períodos de tempo entre os planos estratégicos e a execução dos projetos;
- Arranque do PT2020 em simultâneo com o encerramento do QREN, com a afetação dos mesmos recursos humanos, quer por parte da AG, quer dos beneficiários;
- A dificuldade de coordenação das várias entidades intervenientes (AG, OI, ADC, etc.) cujo contributo é importante para a elaboração dos Avisos de Concurso.

Para colmatar as dificuldades a AG procurou adotar como principal medida de trabalho uma estreita interação com os outros PO e com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), através da implementação de uma rede colaborativa. O novo quadro regulatório, cuja complexidade se fez sentir no arranque do Programa, criou a necessidade de aumentar a partilha de informação e de tarefas. Esta dinâmica permitiu encurtar prazos e melhorar a capacidade de resposta.

A Autoridade de Gestão tem efetuado várias reuniões, sessões de esclarecimento e de trabalho com os beneficiários para mobilizar a apresentação e execução de candidaturas; tem efetuado reuniões com todos os parceiros municipais e intermunicipais no sentido de acompanhar, monitorizar os investimentos e fomentar os investimentos previsto. Foi executado um plano de formação para os Organismos Intermédios visando uma maior celeridade de processos. Realizou ainda reuniões de acompanhamento e monitorização com os Organismos Intermédios.

Assim, a Autoridade de Gestão vai procurar estar sempre próxima do beneficiário, quer através de ações de sensibilização e informação, quer através da estrutura dedicada: Gabinete de Apoio ao Promotor.